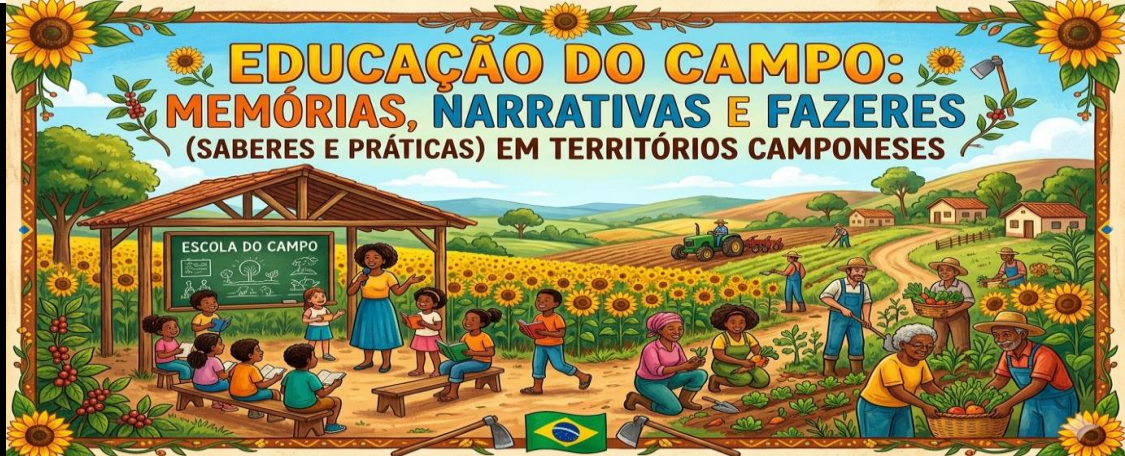




**EDUCAÇÃO DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DA FLORESTA: ACESSO E
PERMANÊNCIA DE DISCENTES NA ESCOLA RIBEIRINHA DE BENJAMIN
CONSTANT/AM**

**RURAL, WATER, AND FOREST EDUCATION: ACCESS AND RETENTION OF
STUDENTS AT THE BENJAMIN CONSTANT RIVERSIDE SCHOOL/AM**

Joseney dos Santos Oliveira

Universidade Federal do Amazonas

jjysantos3003@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-5849-3776>

Jarliane da Silva Ferreira

Universidade Federal do Amazonas

jarlianeferreira@ufam.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1180-789X>

Greicy Oliveira Nascimento

Universidade Federal do Amazonas

greicy.nascimento@ufam.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3030-8287>

RESUMO: Este artigo explora os desafios e particularidades da educação em comunidades ribeirinhas de Benjamin Constant, AM, com foco no acesso e permanência escolar, em uma Escola Pólo Rural. A pesquisa, de abordagem qualitativa e fenomenológica, utilizou-se a Escola como estudo de caso, com utilização de mapas mentais e ainda observação de campo para analisar o impacto do transporte fluvial e do contexto cultural na vida escolar dos alunos. O estudo revelou a complexidade da educação em comunidades ribeirinhas, destacando a necessidade de um olhar atento às especificidades do território e a garantia do acesso, permanência escolar, o impacto positivo da infraestrutura escolar na experiência educacional. A pesquisa destaca a relevância da escola como espaço de socialização e convivência, e a necessidade de políticas públicas que garantam o direito à educação em regiões de difícil acesso, respeitando as particularidades locais. Em resumo, o estudo também destaca a importância de políticas e práticas educacionais que garantam o direito à educação, valorizando os saberes locais e promovendo o desenvolvimento sustentável das comunidades ribeirinhas.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Ribeirinha, Transporte Escolar, acesso e permanência.

ABSTRACT: This article explores the challenges and particularities of education in the riverside communities of Benjamin Constant, AM, focusing on school access and retention in a Rural Hub School. The research, based on a qualitative and phenomenological approach, used the school as a case study, employing mind maps and field observation to analyze the impact of river transportation and cultural context on students' school life. The study revealed the complexity of education in riverside communities, highlighting the need for careful attention to territorial specificities, the guarantee of access and school retention, and the positive impact of school infrastructure on the educational experience. The research underscores the relevance of the school as a space for socialization and community life, as well as the need for public policies that ensure the right to education in hard-to-reach regions while respecting local particularities. In summary, the study also emphasizes the importance of educational policies and practices that guarantee the right to education, value local knowledge, and promote the sustainable development of riverside communities.

KEYWORDS: Riverside School, School Transportation, Access and Retention.

Introdução

A educação nas regiões ribeirinhas da Amazônia constitui um desafio singular no cenário educacional brasileiro. Embora a educação seja um direito fundamental, o acesso e a permanência de estudantes em comunidades ribeirinhas de Benjamin Constant, no interior do Amazonas, são condicionados por barreiras geográficas e sociais específicas. Nesse contexto, a "Educação do Campo, das Águas e da Floresta" surge como um paradigma que busca respeitar as particularidades culturais e territoriais dessas populações, promovendo a inclusão e a valorização das realidades locais.

Diante disto, este artigo tem como objetivo central analisar as condições de acesso e permanência escolar nas instituições escolares ribeirinhas da região, investigando como o transporte fluvial, a dinâmica das turmas multisseriadas e as particularidades socioculturais das comunidades ribeirinhas influenciam a trajetória educacional dos estudantes. A pesquisa contribui para o debate sobre políticas públicas que assegurem o direito à educação em áreas de difícil acesso, incentivando o sucesso escolar sem desvincular o aluno de sua identidade amazônica e do compromisso com o desenvolvimento sustentável.

A realidade das escolas nessas comunidades amazônicas é marcada pelas turmas multisseriadas, nas quais alunos de diferentes idades, séries e níveis de aprendizagem compartilham o mesmo espaço e docente. Segundo Silva e Souza (2014), essa modalidade exige que um único professor planeje e trabalhe conteúdos

distintos simultaneamente, cenário que se reflete na escola objeto deste estudo, que atende do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental em uma única sala.

Entretanto, a prática pedagógica nessas condições muitas vezes enfrenta obstáculos que impedem processos de ensino-aprendizagem eficientes. A disparidade entre as faixas etárias e a distorção idade-série sobrecarregam o docente, que muitas vezes atua sem formação específica para este contexto e tipo de organização escolar. Para que a educação seja significativa, o profissional precisa de qualificação específica para mediar não apenas o conteúdo pedagógico, mas também as demandas afetivas e sociais de grupos tão heterogêneos.

A garantia desse direito está amparada pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), além das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo que orientam a adequação do ensino à realidade local. Desta forma, a escola do campo ribeirinha torna-se o espaço onde o conhecimento técnico dialoga com os saberes tradicionais, assegurando que o isolamento geográfico não se traduza em exclusão social.

Diante dessas especificidades, este estudo se desvela da seguinte questão problema: de que maneira as condições de acesso e as dinâmicas de permanência escolar, atravessadas pela organização multisseriada e pelas particularidades socioculturais das comunidades ribeirinhas, influenciam a trajetória educacional dos estudantes de uma escola ribeirinha, em Benjamin Constant – AM?

Referencial teórico

O ensino multisseriado é uma forma de organização escolar em que alunos de diferentes idades, séries e/ou níveis de escolarização ocupam uma mesma sala de aula, sob a responsabilidade de um mesmo professor (Janata e Anhaia, 2015; Hage, 2006; Ferreira, 2018).

De acordo com as legislações vigentes (LDB, CF e ECA), os estudantes das turmas multisseriadas têm o mesmo direito de ter uma educação básica de qualidade igual às turmas seriadas dos grandes centros urbanos. Porém, são inúmeras diferenças que há entre uma turma seriada e uma multisseriada, pois os(a) alunos(a)

do setor urbano não tem que dividir a sala com discentes de diversas séries e idades, dividir o quadro ou a atenção do(a) professor(a) entre diferentes conteúdos (Júnior, 2014).

Outro fator importante nesses contextos é o suporte pedagógico para os(as) professores(as) iniciantes em escolas que adotam esse modelo de ensino. O que condiciona aos educadores criarem suas próprias metodologias e que, por vezes o seu compromisso profissional e aos saberes que acabam construindo durante a carreira, avançam na compreensão e na qualidade do ensino da multisseriação para que seja possível atingir a aprendizagem dos estudantes (Lima, 2010).

Diante desta perspectiva, compreendemos que a prática pedagógica deve perpetuar a educação como processo histórico e social, dando sentido a todo tipo de relação que emerge do contexto sócio/educacional a partir da interação estabelecida pelos sujeitos/momento/espço. Temos aqui o entendimento que as relações que se estabelecem no meio em que o educando está inserido propiciará no seu desenvolvimento, na sua aprendizagem.

A Constituição Federal de 1988 coloca a educação como premissa básica para o desenvolvimento da sociedade, e dá ênfase ao aspecto da universalidade do acesso e permanência na escola. Impõe-se para os casos de universalização e de permanência na escola, a dependência de disponibilidade do transporte escolar e a seguir a obrigação de garantia dessa modalidade pelo poder público:

Art. 208 – O dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

VII – Atendimento ao educando, no Ensino Fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

O artigo 216 enfatiza, no parágrafo 3º: “O Estado, em cooperação com os Municípios, desenvolverá programas de transporte escolar que assegurem os recursos financeiros indispensáveis para garantir o acesso de todos os alunos à escola”.

No contexto das comunidades ribeirinhas, muito comum na realidade amazônica, essa obrigação se torna ainda mais essencial, pois a geografia da região impõe desafios logísticos significativos. O transporte escolar para essas comunidades deve considerar embarcações seguras e adequadas às condições dos rios, além de

investimentos contínuos na manutenção e na acessibilidade desse serviço. Muitas vezes, a falta de embarcações apropriadas e a escassez de recursos resultam em dificuldades para os estudantes, prejudicando sua frequência e o desempenho escolar. Portanto, assegurar um transporte eficiente e seguro para essas populações é fundamental para garantir o direito à educação e reduzir as desigualdades regionais.

Neste contexto, esses trajetos diários representam sobretudo um deslocamento simbólico: a transição entre mundos imaginados e imaginários diferentes entre si, como se o ônibus fosse ele mesmo uma “fronteira urbana” (Moura, 2012; Sarti 2011). Os trajetos diários, longe de serem meros deslocamentos físicos, representam uma jornada através de “mundos” subjetivos, onde estes transportes se configuram como um espaço de transição e encontro. Essa perspectiva nos permite compreender as comunidades como um espaço de significados complexos, onde a experiência individual se entrelaça com as dinâmicas sociais e culturais.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa fundamentou-se em uma abordagem qualitativa, que segundo Minayo (2007), ocupa-se do universo dos significados, crenças e valores que não podem ser meramente quantificados. O delineamento adotado foi a pesquisa de campo com enfoque fenomenológico.

A pesquisa de campo permitiu coletar dados sobre como os alunos constrói o conhecimento de si e do mundo nas relações de acesso e permanência e experiências vividas com o seu grupo social em seus transportes (Minayo, 2007). Já a fenomenologia, pautada em autores como Husserl (2012) e Triviños (2006), permitiu compreender as experiências vividas e a subjetividade dos sujeitos. A inserção do pesquisador como docente na unidade escolar em questão facilitou o acesso aos participantes e a construção de uma relação de confiança, permitindo uma coleta de dados mais sensível às nuances do cotidiano ribeirinho.

Para a construção do corpus da pesquisa, utilizaram-se:

Levantamento Bibliográfico: Consulta a livros, artigos e legislações, para fundamentar o referencial teórico.

Mapas Mentais (Representação Icônica): Baseado em Buzan (2002), o uso de desenhos e esquemas visuais permitiu que os estudantes expressassem suas percepções sobre o território e a vida escolar de forma criativa e não linear. Os dados coletados asseguraram o anonimato dos participantes, todos os quais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo a conformidade ética para a realização da pesquisa.

Os dados foram registrados via diário de campo, fotografias e material de papelaria (papel A4, lápis de cor), sendo posteriormente analisado ancorados na Análise de Conteúdo (Bardin, 2011). Para construção dos resultados seguimos as fases que Bardin organiza, sendo elas: Pré-análise em que foi possível o primeiro contato com todo o material gerado juntamente com a realização de leituras dos mapas mentais e dos registros do diário de campos e fotografias, no qual pudemos organizar as unidades de análises referentes aos mapas mentais; Exploração do material, onde foi possível codificar e agrupar as unidades de sentido em categorias temáticas que no caso deste estudo se caracterizaram em: acesso, permanência, transporte, multisseriação; e por último, interpretação dos resultados, sendo possível interpretação das informações já organizadas buscando responder a problemática de pesquisa levantada nesse estudo a partir das vozes dos participantes, articulando subjetividade e contexto social.

A pesquisa foi realizada em uma Escola Municipal da zona rural, no município de Benjamin Constant, no interior do Amazonas e na fronteira com a República do Peru. Localizada na margem direita do Rio Solimões, a escola faz fronteira à direita com a comunidade de Niterói e à esquerda com a comunidade de Mato Grosso. Geograficamente, a instituição encontra-se a uma distância de 21,2 km em linha reta da sede municipal de Benjamin Constant, trajeto que corresponde a aproximadamente uma (1) hora de navegação fluvial.

Figura 1 – Localização da Comunidade de Nova Paulina



Fonte: OLIVEIRA (2025)

Historicamente, a primeira unidade escolar da localidade foi fruto de iniciativa comunitária em 1983. Na época, tratava-se de uma estrutura de madeira com cobertura de palha e assoalho de paxiúba (madeira). O ensino primário teve início após a mobilização dos moradores para a obtenção de quadro a giz, contando com um professor, morador da comunidade.

Atualmente, a Escola atende à Educação Básica nas modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental e o Programa Municipal de Educação de Jovens e Adultos (PROMEJA). A infraestrutura conta com quatro salas de aula e uma biblioteca (todas climatizadas), cozinha com refeitório e dois banheiros. O corpo docente é composto por oito professores regentes que, por residirem majoritariamente na sede urbana (7) ou em outras comunidades (1), utilizam o alojamento da escola durante a semana. A instituição atende 79 alunos, provenientes de oito comunidades distintas do município de Benjamin Constant (Niterói, Nova Paulina, Novo Progresso, Mato Grosso, Novo São Francisco, Belo Horizonte, Capacete e Bom Sítio).

Os sujeitos do estudo foram os estudantes da Escola. A escola possui 79 alunos matriculados, destes 65 participaram da pesquisa, tendo a devolutiva de seus mapas mentais. Esse universo contou com a participação de 44,62% do sexo feminino e 55,38% do sexo Masculino, sendo da faixa etária de 07 a 15 anos. Os resultados das análises dos mapas mentais foram divididos por categorias que serão

analisados e discutidos a seguir. Estes foram organizados a partir do mapa mental (desenho).

O deslocamento dos discentes é viabilizado pelo transporte escolar fluvial, mantido pela Prefeitura Municipal com recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE). Os alunos utilizam pequenas embarcações de madeira com motores de popa (6,5 hp a 13 hp), com tempos de viagem que variam de 10 a 50 minutos.

Conforme a Resolução FNDE nº 12/2011, o PNATE visa garantir o acesso e a permanência de alunos residentes em áreas rurais. Contudo, observa-se que o desafio não reside na ausência de legislação, mas na priorização de políticas públicas eficazes para populações em situação de vulnerabilidade, visto que o transporte é o único meio de assegurar o direito constitucional à educação nesse território onde rio se torna a única possibilidade de chegada da educação escolar.

Resultados e discussões

Concepção dos sujeitos da pesquisa sobre o acesso à educação

A Escola do Campo, *lócus* da pesquisa, atende diversas comunidades ribeirinhas no município de Benjamin Constant - AM, distribuindo seus alunos de forma relativamente equilibrada entre elas. Os dados observados indicam que há oito comunidades atendidas, com uma variação no número de estudantes de cada localidade. A distribuição dos alunos demonstra que a escola atende um público diversificado, com algumas comunidades tendo uma participação maior do que outras.

O Polo rural atende alunos provenientes das seguintes comunidades ribeirinhas, dados evidenciam que a escola recebe alunos de diferentes regiões fluviais, abrangendo tanto o Rio Javari quanto o Rio Solimões, o que reforça seu papel como um centro educacional fundamental para comunidades ribeirinhas em Benjamin Constant. Comunidades localizadas no Rio Javari, em Benjamin Constant/AM: Novo São Francisco, Nova Paulina, Capacete, Niterói, Belo Horizonte, Novo Progresso e Mato Grosso. Comunidade localizada no Rio Solimões: Bom Sítio.

A diversidade de comunidades atendidas pelo Polo rural destaca a importância da escola para a educação do campo, especialmente em uma região onde os rios são as principais vias de acesso. A localização das comunidades revela desafios e necessidades específicas que impactam diretamente a rotina escolar dos alunos.

A diversidade de comunidades atendidas pelo polo rural reflete a importância da escola para a educação rural e ribeirinha na Amazônia. Como essas comunidades estão distribuídas ao longo dos rios, os alunos dependem de transporte fluvial (canoas, barcos) ou deslocamento a pé para acessar a escola, o que pode impactar sua rotina escolar. A presença de estudantes do Rio Solimões (Bom Sítio) destaca a ampliação da área de atendimento do polo, demonstrando que a escola é uma referência educacional para diferentes localidades.

No entanto, essa dinâmica também impõe desafios, como o elevado investimento em Transporte Escolar em detrimento da manutenção das unidades existentes ou da construção de novas escolas. Tal lógica tem se consolidado nos últimos anos por meio do processo de nucleação das escolas do campo e o fechamento de escolas isoladas, especialmente as multisseriadas.

Essa lógica tem sido perpetuada nos últimos anos, obrigando o deslocamento de diferentes faixas etárias, desde crianças da educação infantil, até adolescentes e jovens, para outras comunidades, ou para centros urbanos. De acordo com Molina e Sá (2012), esse movimento de deslocamento intracampo e campo-cidade desconsidera as especificidades socioterritoriais das populações rurais, fragilizando vínculos comunitários e impactando negativamente o acesso, a permanência e a qualidade da educação ofertada.

Diante dessas informações, fica evidente que por um lado, o Polo rural, tem desempenhado um papel estratégico na oferta de educação para comunidades ribeirinhas de Benjamin Constant, principalmente os anos finais do ensino fundamental e médio. Para fortalecer essa atuação, é essencial garantir melhorias no transporte escolar, infraestrutura e recursos pedagógicos, assegurando um ensino acessível e de qualidade para todos os alunos. Porém, é importante assegurar que os estudantes tenham acesso à educação escolar em suas comunidades.

Nesse sentido, a distribuição dos alunos levanta reflexões sobre a logística do transporte escolar, pois algumas comunidades estão mais distantes da escola e podem enfrentar dificuldades no deslocamento diário. Isso pode afetar a pontualidade, a frequência e até mesmo o desempenho acadêmico dos estudantes. A presença de um número expressivo de alunos de algumas comunidades pode indicar a necessidade de transporte escolar eficiente, materiais didáticos adequados e formação contínua para os professores que lidam com essa modalidade de ensino.

Além disso, a baixa representatividade de algumas comunidades pode sugerir a necessidade de políticas que incentivem a manutenção das escolas nas comunidades de origem dos estudantes. Mostrando a importância de um amplo estudo crítico sobre a política de transporte escolar e nucleação de escolas na zona.

A seguir, conforme o mapa mental, os estudantes descreveram o seu meio de transporte para chegar até a escola.

Mapa mental 01 – Meio de transporte para chegar à escola.



Fonte: OLIVEIRA, 2024.

O mapa mental representa aspectos da realidade das comunidades atendidas pela Escola do Campo, incluindo o meio de transporte utilizado pelos alunos para chegar à instituição. A maioria dos alunos (54 estudantes) utiliza barco tipo canoa (peque-peque) como meio de transporte para chegar à escola. Isso sugere que a escola atende comunidades localizadas em áreas ribeirinhas ou sujeitas a alagamentos, tornando o transporte fluvial essencial.

Esse cenário evidencia a importância de políticas de transporte escolar adaptadas à realidade rural, sobretudo em regiões onde o deslocamento depende da navegação fluvial. Garantir segurança e acessibilidade não apenas uma questão logística, mas um compromisso com o direito à educação. Fatores como variações climáticas, períodos de chuvas intensas, mudanças no nível e na correnteza dos rios, além das condições de manutenção das embarcações, impactam diretamente a regularidade da frequência escolar. Quando esses elementos não são devidamente considerados, aumentam-se os riscos de atrasos, faltas e até evasão.

Por outro lado, o fato de 11 alunos não utilizarem o transporte por residirem na própria comunidade revela um aspecto fundamental: a proximidade entre escola e território de vida favorece o acesso, a permanência e o vínculo dos estudantes com o processo educativo. Esse dado não deve ser visto como exceção, mas como indicativo de um modelo mais eficaz e justo de oferta educacional no campo.

O tempo que os alunos levam para chegar à escola varia conforme a comunidade de origem e o meio de transporte utilizado. Esta variação no tempo de deslocamento reflete as diferenças geográficas entre as comunidades atendidas pela escola do campo. Alguns estudantes levando quase uma hora para chegar à escola, enquanto outros percorrem trajetos curtos de apenas alguns minutos demonstrando os desafios e diferenças na acessibilidade educacional entre as comunidades atendidas.

Os alunos das comunidades mais distantes, como Capacete (59 min) e Bom Sítio (41 min), indicando que está mais distante da escola ou que os alunos enfrentam desafios no percurso, como caminhos de difícil acesso ou navegação em áreas, o que pode gerar desgaste físico e comprometer o rendimento escolar. Já os estudantes de comunidades como Nova Paulina (3 min) e Mato Grosso (10 min) enfrentam menos

desafios de deslocamento, podendo chegar à escola com mais facilidade e sem a preocupação de percorrer longas distâncias, sugerindo que essa comunidade está muito próxima da escola, o que facilita o acesso e pode contribuir para uma frequência mais regular às aulas.

Essa diferença nos tempos de deslocamento destaca a importância de medidas para garantir que todos os estudantes tenham acesso à escola de forma segura e eficiente. Para aqueles que vêm de comunidades mais distantes, é fundamental que haja um transporte adequado e seguro, como barcos escolares para áreas ribeirinhas e melhorias nas trilhas ou estradas para quem se desloca a pé. Além disso, as condições climáticas podem influenciar no tempo de trajeto, tornando essencial o planejamento de estratégias que minimizem impactos e garantam a permanência dos alunos na escola.

A pesquisa foi realizada em 2024, no período que os rios da Amazônia e o município sofria com a estiagem amazônica, esta que dificultava e atrasava o transporte fluvial, que é o principal meio de locomoção nas comunidades ribeirinhas. A seca extrema fez surgir certos trechos de terra nos rios deixando inacessíveis, exigindo rotas alternativas mais longas e perigosas. Fenômeno que levou com as comunidades ribeirinhas ficasse em alerta para enfrentar os desafios do transporte escolar, incluindo a capacitação de condutores e a manutenção de embarcações. Este fenômeno climático causou impactos muito fortes na região, e influencia diretamente na vida de todos os habitantes.

A análise desses dados reforça a importância de garantir um transporte escolar de qualidade e adaptado à realidade das comunidades atendidas. Investimentos em embarcações mais seguras, coberturas adequadas para proteção contra a chuva e rotas otimizadas podem contribuir para aumentar a satisfação dos alunos e melhorar a frequência e o desempenho escolar.

O programa Caminho da Escola criado pela Resolução nº 3, de 28 de março de 2007, garantir a segurança e a qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. Os alunos podem ser

transportados em embarcações nas localidades onde o transporte fluvial ou marítimo (rios, lagos, lagoas, oceano) for necessário.

Todas as embarcações usadas no transporte escolar devem estar equipadas com coletes salva-vidas na mesma proporção de sua capacidade, ter registro na Capitania dos Portos e manter a autorização para trafegar em local visível. Recomenda-se, ainda, que a embarcação possua: cobertura para proteção contra o sol e a chuva; grades laterais para proteção contra quedas; boa qualidade e apresentar bom estado de conservação.

Art. 2º São objetivos do Programa Caminho da Escola:

- I - renovar a frota de veículos escolares das redes municipal e estadual de educação básica na zona rural;
- II - garantir a qualidade e segurança do transporte escolar na zona rural, por meio da padronização e inspeção dos veículos disponibilizados pelo Programa;
- III - garantir o acesso e a permanência dos estudantes moradores da zona rural nas escolas da educação básica;
- IV - reduzir a evasão escolar, em observância às metas do Plano Nacional de Educação; e
- V - reduzir o preço de aquisição dos veículos necessários ao transporte escolar na zona rural.

É importante ressaltar que a responsabilidade pelo transporte escolar é compartilhada entre os entes federativos (União, Estados e Municípios), que devem atuar em regime de colaboração para garantir a efetividade desse direito.

Neste contexto Müller e Abreu (2024) ressaltam a importância de regras no transporte escolar:

As regras ganham sentidos conforme seu uso: elas se opõem, como uma crítica, às famílias de Vereda, uma vez que estas não impingiriam às crianças regras suficientes para “civilizá-las”. As regras também são passíveis de uma justificação racional, seja em relação a outras regras (como as fiscalizadas pelo DETRAN), seja para melhorar a eficiência do serviço, garantir a manutenção do patrimônio ou manter a rentabilidade do negócio.

A citação nos convida a refletir sobre a natureza dinâmica e contextual das regras, demonstrando como seu significado e aplicação variam de acordo com o contexto social e cultural. Ao reconhecer a complexidade das normas sociais,

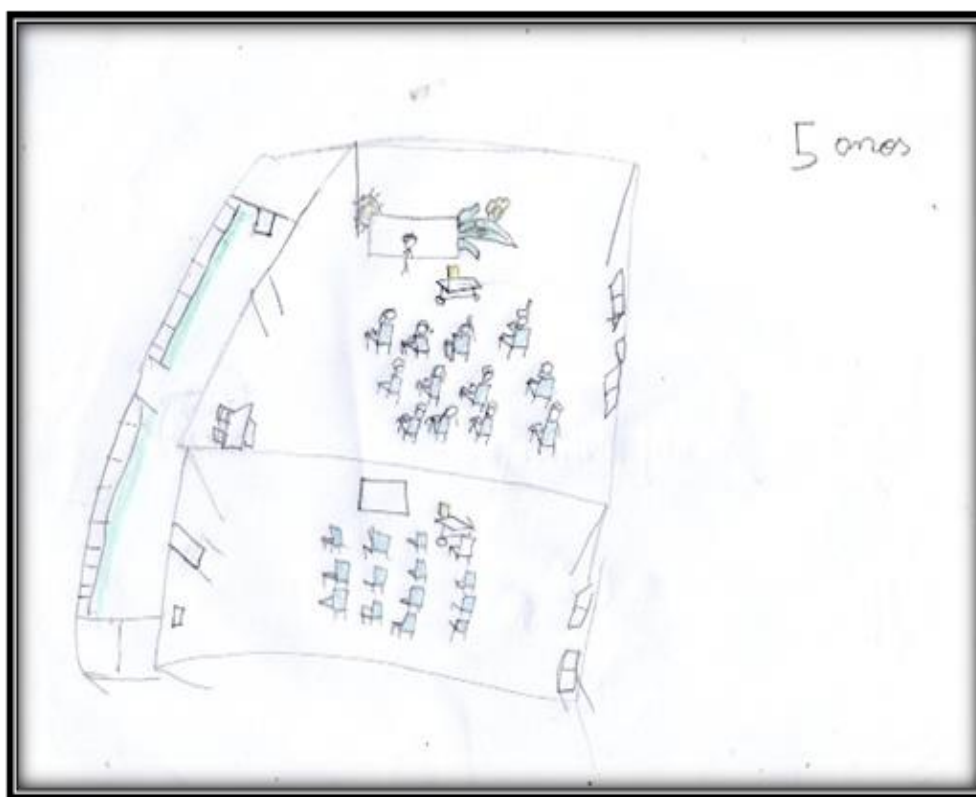
podemos compreender melhor como elas moldam o comportamento humano e influenciam as interações sociais.

Motivos de Permanência escolar a partir dos mapas mentais

Os procedimentos para a utilização do desenho como metodologia de pesquisa e, ao mesmo tempo, de aprendizagem, foram a realização de grupo focal e utilização do desenho feito pelos estudantes, seguido de sua explicação. Os procedimentos foram organizados em etapas, denominadas de o ir e vir da escola do campo Benjaminense.

O significado atribuído ao ensino aprendido pelos alunos matriculados na referida escola foi obtido através do desenho quando questionado sobre o que você mais gosta na escola em que estuda? Conforme o mapa mental 03.

Mapas mental 03: interesse pelos estudos



Fonte: OLIVEIRA, 2024.

Nas relações obtidas por meio dos mapas, identificamos que os alunos destacam "estudar" como algo de que gostam na escola, o que indica que há, de fato, uma valorização do aprendizado entre os estudantes. Essa relação sugere que a escola é vista como um espaço muito importante para o desenvolvimento intelectual dos mesmos.

Nesse sentido, Freire (1996) enfatiza a importância de uma educação que se conecte com a vida cotidiana dos alunos, promovendo uma aprendizagem significativa que vá além da simples transmissão de conteúdo. A valorização do estudo reflete a consciência do aluno sobre a educação como ferramenta de transformação pessoal e comunitária, especialmente em contextos rurais, onde a escolarização muitas vezes se conecta a projetos de vida ligados à terra ou à superação de desigualdades estruturais.

Por outro lado, outros estudantes destacaram o prazer de "estar com os amigos" como uma das coisas que mais gostam na escola. Essa socialização é um dos aspectos centrais que se vivência na escola do campo, especialmente em comunidades distantes da sede do município. Esse dado evidencia a função da escola como um espaço de convivência e de fortalecimento de laços afetivos, o que pode contribuir diretamente para a permanência dos alunos na escola, já que as relações interpessoais funcionam como um fator de atração.

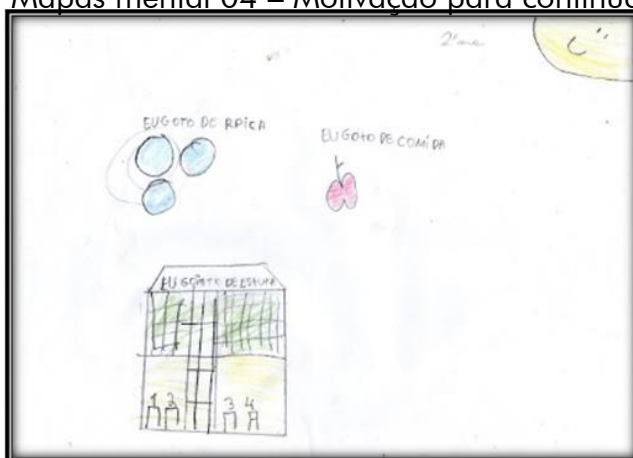
A convivência com amigos destaca o papel da escola como espaço de socialização, essencial para o desenvolvimento emocional de jovens em áreas rurais, onde a dispersão geográfica pode limitar oportunidades de interação fora do ambiente escolar. Essa dinâmica reforça o sentimento de pertencimento, reduzindo riscos de evasão.

Outro aspecto ligado ao que mais gostam na escola que chamou atenção foi a baixa relação da escola com a "leitura e escrita", onde os dados indicam que essas habilidades, que são essenciais para o desenvolvimento acadêmico, não são vistas como atrativas ou significativas para grande parte dos estudantes. Isso sugere que pode haver uma lacuna na forma como as competências de leitura e escrita estão sendo repassada aos alunos.

Neste contexto, a leitura e a escrita sugerem que práticas pedagógicas contextualizadas (como trabalhar textos sobre agricultura, memórias locais ou sustentabilidade) ressoam com a realidade do aluno, tornando o aprendizado significativo. Essas atividades também podem fortalecer a identidade cultural, integrando saberes escolares e comunitários.

Em escolas do campo, a permanência está ligada não apenas à infraestrutura, mas à capacidade de equilibrar currículo formal com as demandas da realidade rural. A combinação entre estudo rigoroso, laços sociais e práticas educativas contextualizadas parece ser um caminho eficaz para engajar estudantes, especialmente quando a escola reconhece e valoriza seu entorno. Contudo, é necessário garantir políticas públicas que apoiem formações docentes específicas para o campo e acesso a materiais didáticos alinhados a esses contextos, ampliando o impacto positivo identificado.

Mapas mental 04 – Motivação para continuar estudando



Fonte: OLIVEIRA, 2024.



Fonte: OLIVEIRA, 2024.

Os dados revelam que a motivação para permanecer na escola do campo está associada a aspectos que transcendem o currículo formal, envolvendo experiências práticas, sociais e materiais como destacado a Educação física como eixo motivacional (lazer). O destaque às aulas práticas de educação física sugere que atividades que dialogam com a cultura local (como esportes populares) aumentam o engajamento. Em escolas do campo, isso pode ser ampliado com práticas que

incluam brincadeiras tradicionais ou atividades ligadas ao meio rural. As práticas esportivas (futebol e vôlei) cumprem um duplo papel: além de desenvolver habilidades motoras, fortalecem o senso de coletividade, essencial em comunidades rurais onde a cooperação é valorizada. Essas atividades combatem a rotina monótona e oferecem um espaço de lazer, o que é crucial em regiões com poucas opções de entretenimento. A escola, assim, torna-se um ambiente atrativo e dinâmico.

Em síntese, os resultados refletem a necessidade de um ensino mais contextualizado, que equilibre as dimensões sociais e pedagógicas da educação, reconhecendo o valor da escola como espaço de aprendizado, mas também como um lugar de convivência e interação social. Além disso, a valorização da merenda e das aulas de educação física revela que políticas públicas para escolas do campo devem priorizar sua Infraestrutura adequada para esportes como quadras, materiais e cozinhas escolares equipadas. Assim como formação docente para que as aulas de educação física integrem a cultura local, promovendo identidade e pertencimento e programas de alimentação sustentáveis, como hortas escolares geridas pela comunidade, que conectem a merenda à educação ambiental e à autonomia alimentar.

A permanência na escola do campo, portanto, depende não apenas de acesso ao conhecimento, mas de um ambiente que assegure condições básicas de bem-estar, valorize a sociabilidade e respeite as particularidades do território rural.

Considerações finais

O estudo realizado na Escola Municipal da zona rural permitiu compreender, com maior profundidade, a complexidade que envolve o acesso e a permanência escolar nas comunidades ribeirinhas de Benjamin Constant (AM). A análise dos dados evidenciou que a experiência educativa nesse território é atravessada por múltiplas dimensões, sendo elas geográficas, culturais, logísticas e pedagógicas e que acabam se entrelaçam e moldam a trajetória dos estudantes.

Os resultados revelaram que o transporte escolar fluvial constitui o principal eixo estruturante do direito à educação na região. Embora a maioria dos discentes manifeste satisfação com o serviço, emergem preocupações relacionadas à segurança das embarcações, ao tempo de deslocamento e ao conforto durante as viagens. Esses elementos, quando somados às condições climáticas e às variações do nível dos rios, levando em consideração a sazonalidade amazônica, tornam o acesso à escola um desafio cotidiano. A pesquisa também destacou que a organização das turmas multisseriadas, embora necessária no contexto ribeirinho, exige dos docentes estratégias pedagógicas diferenciadas e formação específica, ainda pouco contemplada nas políticas de formação inicial e contínua.

Por outro lado, avanços importantes foram identificados, como a climatização das salas de aula, a melhoria da infraestrutura física e a chegada da internet de alta velocidade, que ampliam as possibilidades pedagógicas e reduzem desigualdades históricas relacionadas ao isolamento geográfico que ainda é muito forte na região. Esses elementos apontam para uma escola ribeirinha em processo de fortalecimento, capaz de integrar tecnologias e práticas inovadoras sem desconsiderar os saberes e modos de vida locais.

Apesar dos avanços, persistem lacunas que demandam atenção como a ausência de políticas públicas contínuas e territorializadas, a fragilidade do transporte escolar em determinadas épocas do ano, a insuficiência de formação docente voltada às especificidades da educação do campo e a necessidade de maior participação comunitária nos processos decisórios configuram desafios que ainda limitam a efetivação plena do direito à educação. Além disso, a pesquisa indica a necessidade de estudos futuros que aprofundem temas como a relação entre sazonalidade dos rios e frequência escolar, o impacto emocional do deslocamento diário e as estratégias de ensino mais eficazes para turmas multisseriadas em contextos amazônicos.

O estudo também apontou que é preciso problematizar a lógica de nucleação de escolas rurais, essa construção tem sido historicamente adotada como estratégia de gestão. Embora muitas vezes justificada por critérios de otimização de recursos, essa política tende a desconsiderar as particularidades dos territórios rurais e a impor

longos deslocamentos diários a crianças e jovens. No caso de áreas ribeirinhas, isso significa expor estudantes a trajetos potencialmente perigosos e a condições instáveis, o que pode comprometer não apenas o aprendizado, mas a própria segurança. Nesse sentido, há uma necessidade urgente de pensar e debater sobre a política de nucleação e a garantia do direito à escola no e do campo.

Contudo, este estudo contribui para o campo científico ao reafirmar que garantir o acesso e a permanência escolar na Amazônia ribeirinha e multisseriada exige muito mais do que infraestrutura física ou oferta de vagas. Requer políticas intersetoriais, investimentos permanentes, valorização dos saberes tradicionais e uma compreensão sensível das territorialidades que constituem a vida dos estudantes. Fortalecer a educação do campo, das águas e da floresta significa, portanto, promover dignidade, autonomia e desenvolvimento sustentável para as populações ribeirinhas, reconhecendo que a escola é um espaço de resistência, pertencimento e transformação social.

Referências

1. BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
2. BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, n. 9.394, de 20 de dezembro 1996. Brasília-DF, 1996.
3. BUZAN, T. **How to Mind Map: The Ultimate Thinking Tool That Will Change Your Life**. Thorson, London; 2002.
4. FERREIRA, Jarliane da Silva. **A escola na floresta: manifestações culturais e processos educativos em comunidades tradicionais do Alto Solimões/AM**. 2018. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6279>. Acesso em: 23 abr. 2025.
5. FONTANA, R.; CRUZ, M. N. da. **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo, Atual, 1997.
6. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

7. HAGE, Salomão Mufarrej. A realidade das escolas multisseriadas frente às conquistas na legislação educacional. In: BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação do campo: diferenças mudando paradigmas. Brasília: SECAD/MEC, 2006.
8. HUSSERL, Edmund. **A ideia da fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 2012.
9. JANATA, Natacha Eugênia; ANHAIA, Edson Marcos de. Escolas/Classes Multisseriadas do Campo: reflexões para a formação docente. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, 2015 p. 685–704. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/syCgqHPMfmYQN8QtggrfqVt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2025.
10. JÚNIOR, H. L. dos S. **Classes Multisseriadas: Desafios, Possibilidades, e Realidade da Educação do Campo**. São Paulo/SP, 2014.
11. LIMA, I. M. da S. **Alternância Pedagógica: Metodologia de Ensino Para as Escolas do Campo**. Recife/PE. 2010.
12. LIMA, J. L. O.; MANINI, M. P. Metodologia para análise de conteúdo qualitativa integrada à técnica de mapas mentais com o uso dos softwares Nvivo e Freemind. **Informação**, v. 21, n. 3, 2016, p. 63-100. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/23879>. Acesso em: 22 abr. 2025.
13. MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.
14. MÜLLER, F; ABREU, L. E. de L. As regras do jogo e o jogo das regras: Uma etnografia no ônibus escolar. **Anuário Antropológico [Online]**, v. 49 n.1, 2024. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aa/11912>. Acesso em: 27 de jun. 2024.
15. MOURA, C. P. **Condomínios no Brasil Central: Expansão urbana e antropologia**. Brasília: Letras Livres; Editora UnB, 2012.
16. MOLINA, Mônica, SÁ, Laís Mourão. Escola do campo. In: Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

17. SARTI, C. A. **A família como espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres.** 7ª ed. São Paulo: Autores Associados, 2011.
18. SILVA, C. G.; SOUZA, M. S. L. **Multisseriadas: um olhar sobre as práticas educativas construídas na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental** Ovídio Tavares de Moraes, João Pessoa/PB, 2014.
19. TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2006.



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).